

A CIDADE REFLETIDA NO RIO CORRENTE: POR UMA ABORDAGEM ECOLÓGICA NAS VÁRZEAS CONSTRUÍDAS DE SANTA MARIA DA VITÓRIA, BAHIA

THE CITY REFLECTED IN THE CORRENTE RIVER:

FOR AN ECOLOGICAL APPROACH IN CONSTRUCTED FLOODPLAINS OF SANTA MARIA
DA VITÓRIA, BAHIA



Anna Karoline Oliveira Santiago

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil

karoline@discente.ufg.br



Vinícius Ribeiro Sousa

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil

vinicius.sousa@discente.ufg.br



Karla Emmanuela Ribeiro Hora

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil

karla_hora@ufg.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo compreender como as transformações da Praça Jardim Jacaré, localizada nas áreas de planície no centro da cidade de Santa Maria da Vitória (BA), refletem o apagamento das funções das várzeas urbanas, propondo sua revalorização como infraestrutura ecológica a partir das Soluções Baseadas na Natureza (SbN) e de um urbanismo sensível ao território, que reconhece as continuidades entre cidade e campo e valoriza os saberes e vínculos fundantes das comunidades tradicionais do município. Nas zonas rurais, como nas Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto de Salobro-Jacurutu, os modos de vida pautados na organização coletiva do território e no uso comum da terra junto aos cursos d'água revelam outra lógica de ocupação, orientada pela convivência com os ciclos ecológicos da terra e das águas. A metodologia combina abordagem fenomenológica e leitura multiescalar, articulando três procedimentos: levantamento documental e iconográfico das transformações da praça; modelagem digital das alterações morfológicas urbanas; e leitura da paisagem por meio do caminhar como experiência capaz de revelar dimensões cotidianas e simbólicas da cidade, invisibilizadas

pelas intervenções urbanas existentes. Os resultados indicam a supressão das várzeas, a redução das áreas de preservação permanente, a substituição da vegetação nativa por espécies exóticas e a intensificação de cheias com menor tempo de retorno. Como resposta, propõe-se a adoção de SbN, como os Sistemas de Tratamento por Várzeas Construídas e as florestas urbanas, visando integrar a drenagem urbana à recuperação de áreas úmidas e no amortecimento dos volumes de águas urbanas.

Palavras-chave: Várzeas. Soluções baseadas na Natureza. Enchente. Pequenas cidades. Modos de vida.

Abstract

This article aims to understand how the transformations of Jardim Jacaré Square, located in the lowland areas of downtown Santa Maria da Vitória, Bahia, reflect the declining function of urban floodplains. It proposes its revaluation as ecological infrastructure based on Nature-Based Solutions (NbS) and a territorially sensitive urbanism that recognizes the continuities between city and countryside and values the knowledge and founding bonds of the municipality's traditional communities. In rural areas, such as the Fundo and Fecho de Pasto communities of Salobro-Jacurutu, ways of life based on the collective organization of the territory and the common use of land along watercourses reveal a different logic of occupation, guided by coexistence with the ecological cycles of land and water. The methodology combines a phenomenological approach and multi-scalar interpretation, articulating three procedures: documentary and iconographic survey of the square's transformations; digital modeling of urban morphological changes; and reading the landscape through walking as an experience capable of revealing everyday and symbolic dimensions of the city, made invisible by existing urban interventions. The results indicate the suppression of floodplains, the reduction of permanent preservation areas, the replacement of native vegetation with exotic species, and the intensification of floods with shorter return times. As a response, the adoption of NBS, such as Constructed Floodplain Treatment Systems and urban forests, is proposed, aiming to integrate urban drainage with wetland restoration and the buffering of urban water volumes.

Keywords: Floodplains. Nature-based Solutions. Small cities. Livelihoods.

Introdução

A cidade de Santa Maria da Vitória, no oeste da Bahia, possui uma relação histórica com o rio Corrente. Sua formação urbana se deu justamente em função do rio, que servia como principal via de transporte e abastecimento. Nesse território, as várzeas, outrora espaços de convivência, lazer e regulação natural das águas, foram modificadas pela urbanização com a adoção de infraestruturas convencionais, tal como a canalização do riacho das Lajes, diante de um discurso técnico e hegemônico que desconsidera as particularidades de pequenas cidades como Santa Maria da Vitória. Desde a formação, os campos de várzea foram aterrados, a vegetação nativa derrubada e áreas cruciais na regulação hídrica foram impermeabilizadas

Para além da cidade, os povos tradicionais do Cerrado e da Caatinga, como as comunidades de fundo e fecho de pasto de Salobro e Jacurutu, reafirmam uma relação histórica e simbiótica com os rios. Seus modos de vida, sustentados por práticas tradicionais de uso coletivo da terra, estão profundamente ligados à presença da água, já que a própria configuração dos territórios varia conforme os rios, contribuindo diretamente para a preservação das nascentes e dos afluentes que sustentam o rio Corrente.

Essa relação enredada entre modos de vida e ciclos ecológicos, especialmente aqueles ligados aos rios, contrasta com a forma como a cidade de Santa Maria da Vitória vem ocupando e modificando suas várzeas, comprometendo suas funções sociais, ambientais e simbólicas, e ampliando os impactos urbanos de enchentes que são naturais em rios de planície, como o rio Corrente. Frente aos impactos desse modelo de ocupação, a abordagem ecológica orienta-se pela adoção de Soluções baseadas na Natureza (SbN), como os Sistemas de Tratamento por Várzeas Construídas (STVC) e as florestas urbanas, capazes de restaurar a dinâmica hídrica local e promover uma urbanização mais adaptada aos ciclos naturais. A necessidade de pensar as várzeas como meandros dinâmicos e multifuncionais torna-se necessário como um resgate da sua função social e ambiental na cidade.

Assim, objetiva-se compreender como as transformações espaciais e simbólicas da Praça Jardim Jacaré na cidade de Santa Maria da Vitória refletem o apagamento das múltiplas funções das várzeas urbanas, propondo sua revalorização como infraestrutura ecológica, em diálogo com as Soluções baseadas na Natureza (SbN) e com um urbanismo sensível ao território, que reconhece as continuidades entre

cidade e campo e valoriza os vínculos entre água, paisagem e modos de vida presentes nas comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto do município.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fenomenológica e multiescalar, na qual o caminhar é mobilizado como instrumento sensível de apreensão da paisagem, conforme proposto por Careri (2013), permitindo entrever as camadas materiais, simbólicas e históricas que conformam a várzea urbana da Praça Jardim Jacaré. A análise concentra-se em um trecho específico das margens do rio Corrente, na área central de Santa Maria da Vitória, caracterizado por inundações recorrentes.

Os procedimentos metodológicos adotados incluem: (i) levantamento documental e iconográfico de diferentes períodos históricos da praça, com base em acervos da Biblioteca Campesina e do pesquisador local Novais Neto; (ii) modelagem digital das transformações espaciais da praça por meio da metodologia BIM, utilizada como recurso interpretativo para reconstituir a morfologia urbana em distintos momentos; e (iii) registro fotográfico autoral realizado durante o percurso a pé, articulando as percepções in loco às referências visuais e documentais. A pesquisa dialoga com as Soluções baseadas na Natureza (SbN) e com as referências sobre as comunidades de fundo e fecho de pasto de Salobro-Jacurutu (Oliveira, 2014), considerando que os vínculos coletivos com a terra e com a água nessas comunidades contribuem para repensar as várzeas urbanas como espaços de reconexão entre cidade, rio e território.

Referencial teórico

As várzeas como infraestruturas multifuncionais

Estudos recentes apontam transformações significativas no regime das cheias no Brasil. Anzolin e Chaffe (2023), analisaram o comportamento hidrológico de diferentes bacias hidrográficas brasileiras entre 1980 e 2018, e identificaram um padrão mais intenso e frequente de cheias, inclusive nos eventos de recorrência bienal, que se tornaram mais comuns. Com a intensificação das chuvas e sua imprevisibilidade, impulsionadas pelas mudanças climáticas, os territórios brasileiros têm se tornado cada vez mais suscetíveis a inundações.

Essa configuração expõe os territórios brasileiros à vulnerabilidades que são agravadas pela forma como o espaço urbano é ocupado. O levantamento do MapBiomas (2024) identificou uma tendência no padrão de crescimento urbano no Brasil nos últimos 38 anos, caracterizada pela expansão sobre áreas úmidas, em que cerca de um quarto da área urbana do país está localizada em terrenos situados a até três metros do nível dos cursos d'água, o que aumenta significativamente os impactos dos eventos hidrológicos extremos. Como consequência, em 2023, já se contabilizavam cerca de 115 mil há. de áreas de risco em zonas urbanas (MapBiomas, 2024).

A dimensão dos riscos nas cidades brasileiras está também relacionada à limitada capacidade de monitoramento desses territórios, como indicam os dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SNISB. Segundo o relatório de serviços de drenagem e manejo de águas pluviais, elaborado pelo Ministério das Cidades, mais de 2 milhões de domicílios estão sujeitos ao risco de inundação em áreas urbanas, sendo que apenas 1.523 municípios realizam o mapeamento dessas áreas (Brasil, 2025).

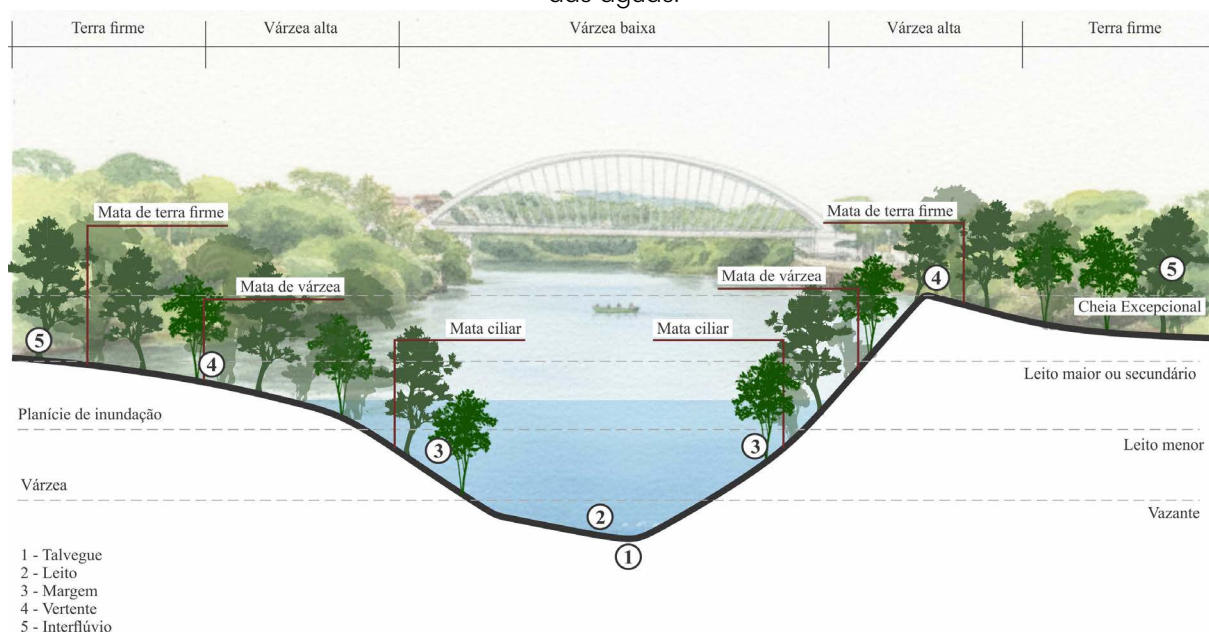
5

Soma-se isso ao número de municípios de pequeno porte, que representam mais de 79% entre os 4.652 atingidos por desastres hidrológicos entre 1991 e 2024 (Brasil, 2025). Em geral, essas localidades apresentam funções urbanas rudimentares, o que denota uma fragilidade institucional com limitações na gestão territorial, e justifica a exposição dessas pequenas cidades aos riscos. Por outro lado, a incidência ainda limitada de processos de ocupação desordenada, podem representar uma oportunidade estratégica para repensar formas de ocupação mais adaptadas às características naturais do território.

Nesse contexto, as várzeas tornam-se ainda mais relevantes, ao integrarem dinâmicas urbanas e rurais em territórios pouco artificializados, com potencial para compor soluções de adaptação às dinâmicas hidrológicas. Essas áreas, situadas em pontos naturalmente mais baixos e planos junto aos corpos hídricos, funcionam como zonas de retenção periódica das chuvas e expansão dos cursos hídricos em episódios de cheia, contribuindo para a regulação sistêmica dos fluxos d'água (Santos, 2017). Devido à sua sensibilidade ecológica e à função estratégica que exercem na dinâmica hidrológica urbana, essas áreas não devem ser gerenciadas com os mesmos critérios aplicados ao restante do tecido urbano (Freire e Meyer, 2024).

Isso porque, as funções ecológicas dessas áreas se relacionam diretamente com a sazonalidade dos sistemas fluviais, como está representada na Figura 1, que mostra uma seção típica de áreas planas naturalizadas, onde predominam as estruturas de várzeas.

Figura 1 – Seção típica de áreas planas naturalizadas e variações sazonais do nível das águas.



Fonte: : (Pinheiro e Cardoso, 2019, p. 14 apud. Custódio, 2002) adaptado pela autora (2024)

Descrição da imagem: Figura utilizada para representação das dinâmicas fluviais da várzea

Santos (2017) caracteriza essa estrutura a partir do leito menor, ou calha principal, por onde escoam as águas em condições normais e onde se encontra o talvegue, linha de maior profundidade e principal trajetória do fluxo de um rio. Em períodos de chuvas intensas, esse volume de água se expande para o leito maior, também conhecido como várzea, que quando protegida pela mata ciliar, permite a expansão natural dos rios durante as enchentes

Durante as chuvas mais intensas, a água ultrapassa os limites das matas de várzea, áreas periféricas da planície fluvial que atuam na retenção do escoamento superficial. Os terraços, por sua vez, desempenham um papel complementar na dinâmica hídrica, funcionando como zonas de infiltração e filtragem das águas pluviais, especialmente por meio das matas de terra firme localizadas nas encostas que direcionam o escoamento até os cursos d'água (Santos, 2017). Essa configuração caracteriza o comportamento típico em períodos de cheia, enquanto que, durante a estiagem, o leito de vazante se torna visível. Compreender

essas dinâmicas hidrológicas e os compartimentos das várzeas é fundamental para orientar decisões relacionadas à ocupação urbana e à preservação desses ambientes.

Para além da função ecológica e hidrológica, as várzeas urbanas também atuam na articulação sociocultural dos territórios. Como espaços tradicionalmente utilizados para práticas esportivas, culturais e de lazer, contribuindo para a construção de vínculos comunitários e de identidades locais, especialmente entre as camadas populares. Santos (2007) ao discutir as várzeas como território de sociabilidade, com destaque para os campos de futebol, associa o desaparecimento progressivo desses espaços à perda de referências coletivas e ao esvaziamento simbólico da paisagem urbana, à medida que a lógica mercantil de produção do espaço substitui práticas de convivência por estruturas isoladas e pouco vinculadas à memória social.

Reconhecer o caráter multifuncional das várzeas é, portanto, fundamental para a manutenção dos ecossistemas, mesmo que essas feições hidrológicas não sejam necessariamente preservadas em seu estado natural. Sua ocupação pode ocorrer sob critérios técnicos que reponham ou mantenham suas funções essenciais, especialmente na retenção das águas pluviais, com o objetivo de eliminar riscos, garantir a conectividade hidrológica e, ao mesmo tempo, viabilizar a produção de espaços públicos coletivos nas cidades.

Entre essas estratégias, destacam-se os Sistemas de Tratamento por Várzeas Construídas (STVC), concebidos por Bellini, Gonçalves e Garcia (2022) voltadas à readequação de rios e córregos urbanos. No estudo, os autores descrevem e simulam diferentes cenários de intervenção com base em modelagem hidrológica, entre eles a implantação dos STVC ao longo da faixa de Área de Preservação Permanente (APP) definida por lei, aproveitando, sempre que possível, a rede de drenagem existente. Essa concepção, segundo os autores, busca compatibilizar o tratamento quali-quantitativo das águas pluviais com a proteção dos corpos hídricos, restaurando as funções ambientais das planícies de inundação.

Esses sistemas consistem em faixas vegetadas integradas à infraestrutura de drenagem urbana, compostas por camadas filtrantes e áreas de solo natural com vegetação nativa, que atuam na retenção de sedimentos, infiltração da água pluvial e tratamento da carga poluente difusa. Ao funcionar como uma interface

ecológica entre o sistema de drenagem e o corpo hídrico, os STVC contribuem para restaurar parte das funções ambientais das várzeas urbanas, ao mesmo tempo em que ampliam a resiliência hidrológica e qualificam ambientalmente as margens fluviais (Bellini, Gonçalves e Garcia, 2022).

Ao adotar como base o comportamento hidrodinâmico das várzeas naturais e integrar camadas físicas e biológicas de tratamento, os STVC configuram-se como uma proposta de adaptação climática para o contexto das pequenas cidades, pois funcionam de forma simples e descentralizada, sem exigir grandes obras ou tecnologias complexas, o que torna sua implantação mais viável em cidades pequenas com poucos recursos técnicos e financeiros. A cerca disso, os autores destacam a hipótese de que, por aproveitarem a rede de drenagem existente, os STVC poderiam exigir menores intervenções estruturais, o que beneficiaria seu custo de adequação. Esse entendimento abre espaço para estratégias de manejo urbano como as apresentadas por Bellini, Gonçalves e Garcia (2022) que preservem as funções hidrológicas e socioculturais das várzeas, no âmbito das Soluções baseadas na Natureza.

8

Soluções baseadas na Natureza aplicadas na escala local

As Soluções baseadas na Natureza (SbNs) se apresentam como um conjunto de infraestruturas para restituir as funções ecológicas tanto das várzeas e outras áreas úmidas, quanto do meio ambiente natural e urbano, através de ações que mimetizam fluxos hídricos e outros processos ecossistêmicos em diferentes escalas, e que têm sido aplicadas tanto em áreas consolidadas quanto em territórios em processo de urbanização (Herzog, 2022).

Segundo a autora, essas soluções formam um conceito amplo e em constante desenvolvimento que reúne diferentes abordagens tais como Infraestrutura Verde (IV), florestas urbanas (FU) e mecanismos de Adaptação Ecológica (AeB), voltados a reter, infiltrar ou retardar o escoamento superficial, contribuindo para aliviar a carga sobre os sistemas convencionais de drenagem. Ao mesmo tempo, oferecem benefícios diversos à cidade e à população, como a melhoria da qualidade ambiental (do ar, da água e do solo), o aumento da umidade e da recarga hídrica subterrânea.

Segundo Marques *et al.* (2021), as Soluções Baseadas na Natureza (SBNs) começaram a ganhar visibilidade no final dos anos 2000, em um contexto de crescente preocupação global com a adaptação e mitigação das mudanças climáticas. Inicialmente, estavam associadas a estratégias que buscavam complementar a engenharia hidráulica tradicional com abordagens mais integradas aos ecossistemas, adotando perspectivas colaborativas entre infraestruturas cinzas e verdes (Silva e Drach, 2024). Com o passar dos anos, especialmente a partir de 2013, a Comissão Europeia assumiu um papel central na consolidação conceitual do termo, promovendo consultas públicas e diálogos intersetoriais que ajudaram a torná-lo mais concreto nas políticas públicas (Marques *et al.*, 2021). Essa atuação contribuiu para ampliar o escopo metodológico das SBNs, que passaram a ser compreendidas não apenas como ações voltadas à conservação da biodiversidade, mas também como soluções voltadas à transformação socioambiental de territórios diversos, incluindo áreas naturais, rurais e urbanas (Silva e Drach, 2024).

Dada a interdependência entre os componentes do ecossistema, em que intervenções locais podem gerar impactos em cascata na dinâmica hidrológica e nos serviços ecossistêmicos da bacia hidrográfica, a efetividade dessas soluções depende de um planejamento territorial que integre áreas rurais e urbanas, pois os problemas críticos que acometem as cidades frequentemente têm origem em processos de degradação ambiental ocorridos no campo (Feltran-Barbieri, 2020).

De acordo com o autor, a presença de matas ciliares, florestas nativas e outras paisagens vegetadas em bacias hidrográficas constitui uma infraestrutura natural capaz de reabilitar os ecossistemas e complementar a infraestrutura construída atuando na filtragem de sedimentos e na regulação hídrica, importantes para a redução de riscos às inundações nas cidades. As florestas urbanas, quando implantadas ou preservadas nas faixas vegetadas não construídas dos STVC, como nas Áreas de Preservação Permanente (APPs), ampliam a capacidade de filtragem, infiltração e evapotranspiração do sistema. Além disso, atuam como barreiras naturais contra o carreamento de sedimentos e poluentes, estabilizam os solos e promovem a conectividade ecológica ao se integrarem a corredores verdes urbanos. Assim, as florestas não apenas reforçam a eficiência qualitativa dos STVC, como também contribuem para a resiliência urbana frente

às mudanças climáticas, ao restaurar parte das funções perdidas das várzeas naturais e qualificar ambientalmente o espaço público ribeirinho.

Nesse sentido, as SbN devem ser compreendidas não apenas como soluções pontuais, mas como parte de uma estratégia territorial integrada e de longo prazo. A vegetação nativa, ao impedir a erosão e mitigar os efeitos das mudanças no regime de chuvas, contribui diretamente para a segurança hídrica e alimentar, ao mesmo tempo em que reduz pressões financeiras sobre os sistemas de abastecimento urbano.

Feltran-Barbieri (2020) evidencia que SbNs como as florestas urbanas operam como filtros naturais que antecedem o tratamento da água, promovendo economias expressivas ao setor de saneamento, sobretudo em contextos de alta densidade urbana e ausência de cobertura vegetal adequada nas áreas de captação. A valorização da infraestrutura natural, portanto, exige a articulação de múltiplos conhecimentos do território, com ações que articulem restauração ambiental, manejo apropriado do solo e reconhecimento dos fluxos materiais e financeiros que conectam as paisagens rurais e os centros urbanos.

Nesse contexto, reconhecer os saberes ambientais torna-se fundamental para ampliar o repertório de conhecimentos mobilizados no planejamento territorial sustentado por soluções baseadas na natureza. Compreender outras lógicas de uso e ocupação do território, como as praticadas em comunidades de fundo e fecho de pasto em Salobro-Jacurutu, permite revelar modos distintos de organização territorial baseados no uso comum da terra, que serão discutidos a seguir.

Saberes ambientais e os modos de vida dos fundos e fechos de pasto

Compreender os saberes ambientais significa reconhecer as diferentes formas de existência, inclusive não-urbanas, atribuindo outras dimensões aos territórios e às águas, entendidos como espaços vividos que carregam significados culturais, afetivos e históricos, configurando lugares de pertencimento e memória coletiva (Carneiro, 2019).

Nos municípios de pequeno porte onde há mais espaços naturalizados e os cursos d'água ainda não foram completamente artificializados, esses espaços simbólicos de memória são formas de vivenciar o território a partir de diferentes relações com

o tempo, o espaço e a coletividade, refletindo modos de vida que atribuem sentido às práticas cotidianas. Em Santa Maria da Vitória, por exemplo, embora 63,98% da população viva em áreas urbanas, menos de 1% do território é urbanizado, abrangendo apenas 7,75 km² de área urbanizada, segundo o IBGE (2019), o que reforça a presença de ecossistemas naturais, nas diferentes formas de apropriação do território pelas comunidades locais e tradicionais.

As práticas sustentáveis de gestão das águas envolvem uma variedade de saberes que não podem ser tratados como uma produção homogênea. Elas integram, de maneiras distintas, tanto tecnologias sociais e informacionais fundamentadas por instituições técnico-científicas quanto conhecimentos locais, oriundos da vivência comunitária, e dos saberes ancestrais preservados por povos originários e comunidades tradicionais, como os fundos e fechos de pasto (CFFP).

Essas comunidades mantêm suas práticas tradicionais por meio da organização autogestionária do território e de uma produção variada voltada principalmente para o autoconsumo, que inclui a criação de animais, o cultivo agrícola, o extrativismo e o artesanato. Por estarem geralmente localizadas nas áreas intermediárias dos rios, entre as nascentes e a foz, exercem também um papel ativo no cuidado com os cursos d'água.

Na Bacia do Rio Corrente, no Oeste da Bahia, essas comunidades se concentram especialmente nos municípios de Santa Maria da Vitória, Cocos, Correntina, Coribe e Jaborandi (Sobrinho, 2012), destacando-se, neste trabalho, as comunidades de fundo e fecho de pasto de Salobro e Jacurutu, localizadas na zona rural de Santa Maria da Vitória, a cerca de 80 e 94 km da sede municipal (Figura 2).

Compostas por cerca de 60 famílias cada, as comunidades de Salobro e Jacurutu organizam seus territórios a partir de uma lógica espacial vinculada ao relevo, à circulação e ao uso tradicional da terra (Oliveira, 2014). As moradias localizam-se geralmente em pontos mais elevados e próximos às estradas, seguidas por áreas de cultivo intensivo de uso familiar, como quintais, hortas, galinheiros e pequenos currais.

A seguir, encontram-se as lavouras de sequeiro e, mais adiante, os espaços de uso coletivo destinados à criação extensiva de animais em campos abertos. Também são identificadas zonas dedicadas ao extrativismo vegetal e ao artesanato, com

12

12



12

12

12

12



12

12

O uso das beiradas de água também faz parte desse sistema fundamentado na gestão coletiva dos recursos naturais. Segundo Oliveira (2014), as aguadas, que incluem fontes, cacimbas, regos, riachos, várzeas e brejos, possuem múltiplas funções, que são usadas na comunidade para o consumo humano e animal, irrigação por sulcos, tarefas domésticas e atividades extrativistas.

Mesmo quando localizadas em áreas de uso familiar, essas fontes permanecem acessíveis à coletividade, seguindo normas socialmente compartilhadas que regulam seu uso com base em relações de confiança. A tentativa de restringir o acesso é percebida como uma ruptura nos pactos comunitários e pode gerar conflitos, pois a água é compreendida como bem comum, elemento estruturante da vida e da organização territorial (Oliveira, 2014).

Essa lógica orienta tanto os espaços próximos às moradias (os quintais produtivos, hortas e galinheiros) quanto as zonas de sequeiro (nas áreas de descanso e extrativismo vegetal), além das mangas de pastagem (que são as áreas de pisoteio do gado) e os fechos de gerais (Oliveira, 2014). Nestes últimos, mais distantes dos núcleos familiares e localizados em regiões contínuas de cerrado, ocorrem práticas comunitárias de criação extensiva em que os gados são deixados à solta (Sobrinho, 2012). Além disso, o manejo da terra e da água segue técnicas adaptadas ao ambiente, como a irrigação por gravidade, feita por canais escavados a partir das veredas, que conduzem a água até as lavouras de forma compatível com os ciclos das chuvas (ACCFP, 2017).

A água também desempenha papel central na construção da memória e da cultura local, atravessando o cotidiano com significados que vão além da utilidade prática. Os banhos de rio, as lavadeiras com suas cantigas e as crenças em figuras míticas como o nego d'água e a mãe-d'água revelam vínculos afetivos, simbólicos e espirituais que fazem da água um componente inseparável do modo de vida dessas comunidades (ACCFP, 2017).

Essas práticas expressam uma lógica de reprodução da vida e de cuidado com o território, fundamentadas em formas autogestionárias de organização e em uma gestão coletiva dos recursos. Trata-se de uma cultura do comum vivida cotidianamente nos territórios rurais do oeste da Bahia, não como ideal a ser retomado, mas como prática em curso, transmitida entre gerações e sustentada por

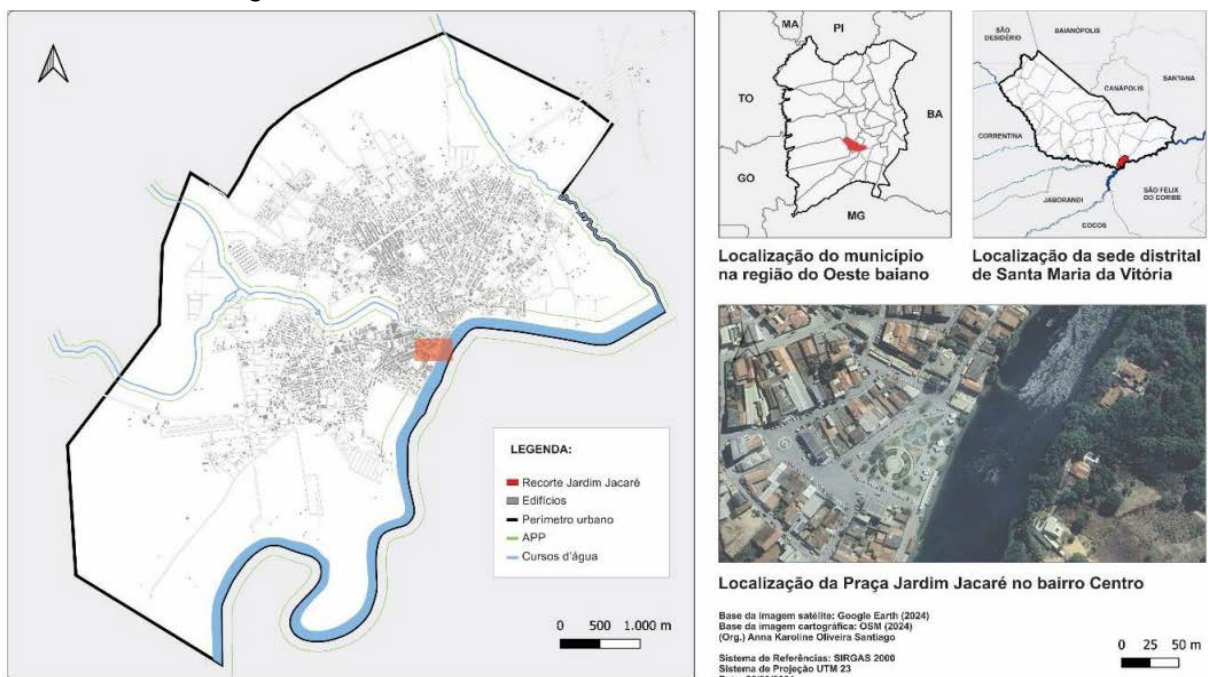
vínculos comunitários. Ao contrário da cisão entre sujeito e espaço frequentemente observada nas cidades, aqui o território é vivido como extensão da coletividade.

Assim, se como propõem Montaner e Muxí (2020), a construção de um urbanismo dos comuns deve partir da cidade, o que se observa nos fechos de pasto é que essa cultura já se encontra enraizada em práticas comunitárias consolidadas, que operam fora dos paradigmas urbanos. Tais experiências nos convidam a interrogar, no capítulo seguinte, os modos como a urbanização convencional rompe com as formas coletivas de gestão do território e da água, gerando conflitos e impactos ambientais que se manifestam, entre outros aspectos, nas recorrentes cheias que marcam o espaço urbano.

As várzeas construídas de Santa Maria da Vitória

O território do rio Corrente, no Oeste baiano, tem uma paisagem marcada pela ocupação de comunidades tradicionais e pela dinâmica agrícola e pecuária. Inicialmente impulsionado pela navegação e rotas comerciais entre o Nordeste e Minas Gerais (Santos Filho, 1989), deu origem a cidades portuárias como Santa Maria da Vitória (Figura 4).

Figura 4 – Área de estudo na cidade de Santa Maria da Vitória.

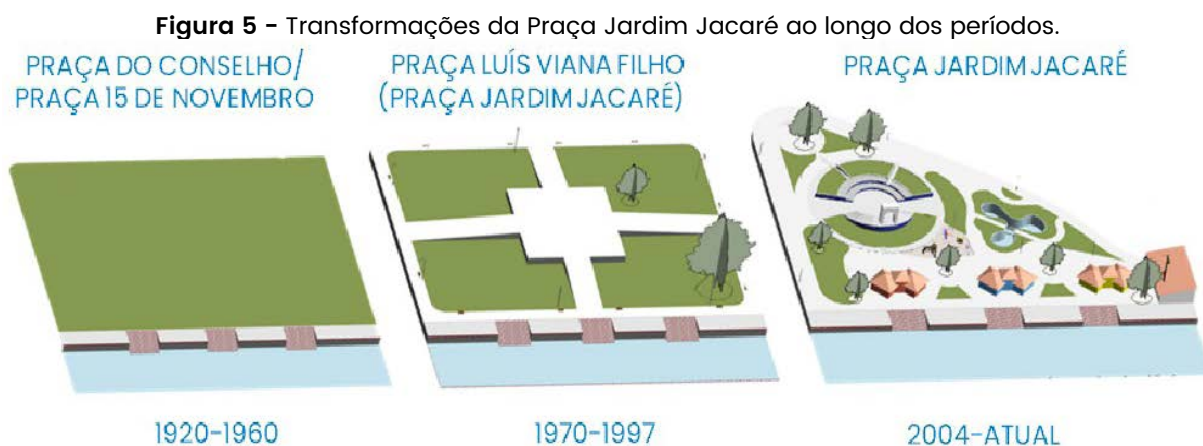


Fonte: Autoral (2024).

Descrição da imagem: Figura utilizada para indicar a localização da cidade de estudo.

Com as transformações econômicas que se intensificavam em torno do rio Corrente, marcadas pela circulação de pessoas, pela exploração de minério nos rios da bacia e pela presença de comerciantes nas margens, os primeiros ocupantes retornaram à região do antigo Porto das Lavadeiras. Esse movimento foi motivado pela centralidade crescente do rio como eixo de trocas e atividades econômicas, levando à reocupação da várzea e à consolidação do núcleo que passaria a ser conhecido como Porto de Santa Maria (Novais Neto, 2022).

Com o retorno às margens, a ocupação voltou a se concentrar em áreas mais baixas, próximas ao leito do rio, que promoveu a elevação do arraial à condição de vila em 1909. É nesse contexto que se formam as primeiras ocupações em zonas expostas a alagamentos, enxurradas e inundações bruscas, especialmente no centro da cidade. Essa ocupação das margens foi sendo transformada ao longo dos anos a partir da Praça Jardim Jacaré, que se configura nas antigas áreas de fundo de pasto, quando havia armazéns utilizados por tropeiros para guardar mercadorias e descarregar animais, estaleiros improvisados e casas rústicas de adobe. A Figura 5 apresenta a modelagem que ilustra essas modificações na morfologia e nos acessos à praça e nas formas de apropriação do espaço.



Fonte: Autoral (2024).

Descrição da imagem: Figura utilizada para ilustrar as transformações da praça.

As margens do rio Corrente eram cobertas por vegetação nativa do Cerrado típico e do Cerradão, com espécies como Juazeiro (*Ziziphus joazeiro*), Pau-Papel (*Tibouchina papyrus*), Chichá (*Sterculia curiosa*), Jatobá-do-Cerrado (*Hymenaea stigonocarpa*), Barriguda (*Ceiba glaziovii*), Peroba-do-Cerrado (*Aspidosperma tomentosum*), Umbuzeiro (*Spondias tuberosa*) e Pau-D'arco-Amarelo (*Handroanthus serratifolius*). As casas se distribuíam entre as árvores,

com espaçamentos naturais definidos pela própria vegetação. Essa configuração original, marcada por vínculos diretos com o rio Corrente e suas margens, deu lugar a uma ocupação cada vez mais dissociada do território.

Transformações da praça central ao longo dos anos

No livro *Porto Calendário* de Osório Alves de Castro, ambientado ainda na década de 1920, essa praça aparece com o nome Praça do Conselho e o Rio Corrente retratado como porteira aberta dos destinos. Segundo Novais Neto (2022), a construção da prefeitura durante a administração de Clemente Araújo de Castro (1921-1924), concluída no mandato do intendente Elias de Sousa Borba (1924-1928) resultou na denominação do logradouro como Praça do Concelho, devido à presença da Câmara Municipal e da Cadeia Pública no entorno. Era também tratado como um fundo territorial, com a criação de pequenos animais (Figura 6).

Posteriormente, a praça foi renomeada como Praça 15 de Novembro. Nessa praça não havia calçamento, havia apenas o cais de acesso ao rio. Esse espaço era tratado como áreas úmidas que são, pela presença constante ou periódica de água que influencia a vegetação e a fauna local, sendo inclusive inundada na cheia de 1949. Durante as chuvas, se transformava em uma lagoa e nos períodos de estiagem, era utilizado como campo de futebol e manifestações culturais e folclóricas como as cavalhadas, tradição portuguesa que encenava a batalha entre mouros e cristãos (Novais Neto, 2022).

Segundo Novais Neto (2022), entre 1963 e 1967, Adão Fé Souza iniciou a construção da praça, não concluindo, pois deixou o mandato para assumir como deputado eleito. Durante a gestão de Rolando Laranjeira Barbosa (1962-1965), a praça também ficou inconclusa e, após as cheias de 1979 a praça ficou submersa, apenas a parte alta do jardim ficou visível, assemelhando-se ao dorso de um jacaré, o que lhe rendeu esse apelido popular (Figura 7).

A conclusão ocorreu na administração de Péricles Laranjeira Braga (1966-1970), com o aumento do cais, aterro e pavimentação da área, oficializada como Praça Gov. Luís Viana Filho. O jardim, apelidado de Jardim Jacaré, tornou-se referência regional. Foi projetado com traçado retangular elevado no centro, acessado por rampas, duas menores e duas maiores que venciam um nível de 2 metros, em

uma inclinação muito superior à acessibilidade da norma de 8,33%. Essas rampas acessavam um fosso central, originalmente planejado para abrigar uma fonte luminosa, mas que nunca aconteceu e posteriormente foi aterrado.

Figura 6 - Praça da Prefeitura/Praça do Conselho. 1- Fundo de pasto (sem data); 2- Praça da prefeitura na década de 1950; 3- Atracagem das barcas e vapores na década de 1960; 4- Ponte de madeira sobre o riacho das Lajes (sem data); 5- Enchente de 1949 e entorno imediato à praça inundado, com destaque para o Clube 02 de Julho no centro da cidade.



Fonte: Acervo de Novais Neto (2022) e Biblioteca Municipal de Santa Maria da Vitória (2024).

Descrição da imagem: Figura utilizada para ilustrar o manuscrito.

Figura 7 - Praça Governador Luís Viana Filho (Praça Jardim Jacaré). 1 e 2- Elementos da praça em 1975: rampa elevada para o fosso central da Praça Jardim Jacaré; 3- Fonte luminosa removida (sem data); 4- Enchente de 1979 submergiu toda a praça. 5- Dez anos depois, a cheia histórica de 1989 e sequencial nos anos de 1991 e 1992, inundaram a praça. 6- Desabamento da Igreja Matriz na inunda  o de 1989.



Fonte: Acervo de Novais Neto (2022), Biblioteca Campesina (2024) e Biblioteca Municipal de Santa Maria da Vitória (2024).

Descri  o da imagem: Figura utilizada para ilustrar o manuscrito.

O espaço foi palco de eventos culturais, cívicos e sociais, e abrigava bancas de revistas, além de uma torre publicitária com televisão instalada na gestão de Francisco Alves da Silva (1983-1987). Ele também introduziu uma fonte luminosa que em pouco tempo foi removida. Nesse período já se observava outras constru  es no entorno imediato, como a Igreja Matriz Nossa Senhora das Vitórias que desabou

nas cheias de 1989, sendo reconstruída por uma ação em comunidade após a cheia seguinte de 1992.

Mesmo após três episódios extremos de inundação em sequência (1989, 1991 e 1992), o jardim que era apropriado como um espaço de sociabilidade, com atividades recreativas e esportivas como o campo de futebol de várzea, foi demolido sob protestos durante a gestão de Nery Pereira Batista (1997–2000), incluindo a remoção de árvores representativas, como um Tamburi de 40 anos (Novais Neto, 2022), o que evidencia uma decisão que ignorou tanto a função ambiental estratégica do espaço em uma área sujeita a cheias quanto seu papel como território de uso cotidiano, afetivo e coletivo, desconsiderando a experiência recente de desastre e os vínculos estabelecidos pela população com aquele lugar.

A praça Jardim Jacaré nos dias atuais

O Jardim Jacaré permaneceu em ruínas até o final do primeiro mandato de Prudente José de Moraes (2001–2004), quando a área pavimentada foi ampliada até o cais, ocupado as várzeas de mata firme e a praça reconstruída, sem resquícios de seu caráter cultural, ambiental e histórico anterior (Novais Neto, 2022). As áreas permeáveis foram reduzidas, assim como a capacidade de infiltração das águas pluviais. Após um intervalo de 27 anos, a enchente provocada pelas fortes chuvas que assolaram mais doze municípios da região, elevou o nível do rio Corrente em quatro metros e meio, submergindo áreas da praça e ruas comerciais circundantes.

Nessa nova formulação do Jardim Jacaré, o desenho urbano das vias foi completamente alterado, dividindo-se em duas ilhas menores que ordenam o trânsito no entorno, partindo-se de uma visão excessivamente estética, mercantilizada normativa, e ignorando a dinâmica social preexistente. As vias foram calçadas, os usos foram setorizados por públicos, incluindo a prestação de serviços nos quiosques e pizzaria que atualmente serve como boteco e restaurante.

Na gestão do prefeito Renato Leite Júnior (2017–2020), o entorno da praça foi asfaltado, entretanto os problemas da falta de infiltração de água no solo persistiram. Por fim, após o término do mandato de Renato Leite, O governo subsequente iniciou uma requalificação pautada em paisagismo cenográfico, com forte apelo

à estetização do espaço urbano para fins de consumo visual nas redes sociais, em detrimento da funcionalidade ecológica e cultural do local.

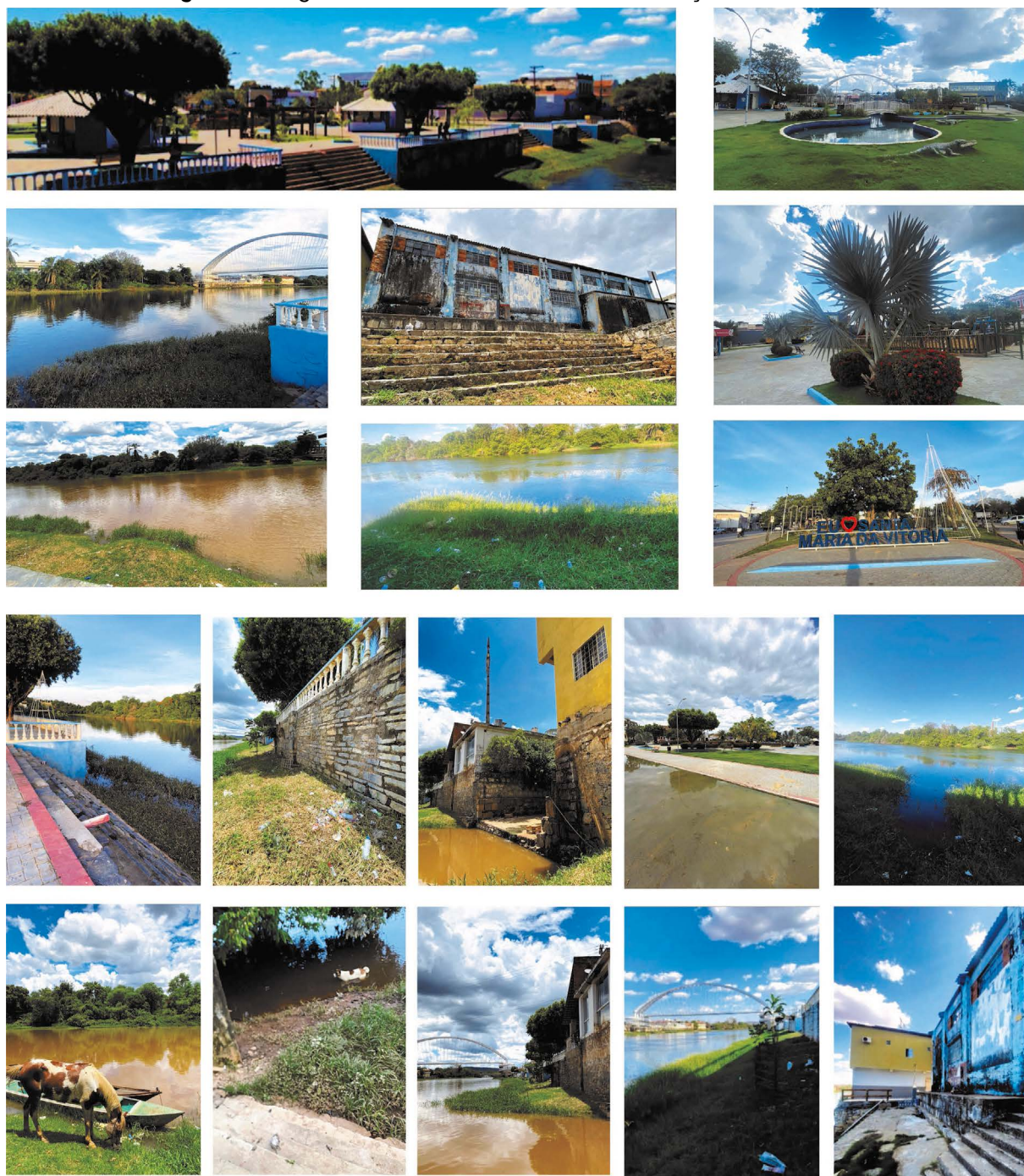
As intervenções realizadas foram pontuais e marcadas por uma abordagem centrada na estetização do espaço urbano, com a instalação de um letreiro com o nome da cidade e a remoção de mobiliário urbano, como pergolados, bancos e esculturas de um artista local. Além disso, houve a derrubada de árvores nativas e a introdução de espécies exóticas.

Tais ações não integraram uma estratégia consistente de requalificação socioambiental e ignoraram a relevância das várzeas e das funções ecológicas associadas à regulação hídrica e ao amortecimento de cheias. A recorrência dos alagamentos, que voltaram a ocorrer no final de 2021 e início de 2022, em novembro de 2023, janeiro de 2024 e novamente em janeiro de 2025, evidencia que a dinâmica natural da área, incluindo seus ciclos de cheia e vazante, não foi considerada nos processos de intervenção urbana e continua sendo negligenciada pelo governo municipal.

20

Na Figura 8, é possível observar essas transformações na Praça do Jacaré registradas durante o percurso no mês de agosto, considerado o mês mais quente da estação seca, quando o rio Corrente estava com baixa vazão, possibilitando caminhar pela mata de várzea. Essas áreas são marcada por vegetações esparsas em um cais escalonado que dá acesso à Área de Preservação Permanente (APP), notoriamente muito inferior a largura prevista e asseguradas pelo Código Florestal de 2012.

A paisagem da Praça Jardim Jacaré revela os efeitos acumulados de um processo sistemático de artificialização dessas margens no encontro entre cidade e rio. Na praça, as vegetações nativas foram trocadas por vegetações ornamentais exóticas como a Palmeira Azul (*Bismarckia nobilis*), Cipreste (*Cupressus* sp.), Pata-de-Elefante (*Beaucarnea recurvata*), Palmeira-Imperial-Anã (*Phoenix roebelenii*), introduzidas de forma dispersa e alheias ao contexto da vegetação de transição Cerrado-Caatinga, compromete não apenas o equilíbrio ambiental do local, mas também sua capacidade de oferecer conforto ambiental. A arquitetura no entorno, contrasta com a funcionalidade das várzeas, revelando a tensão entre os usos tradicionais e a ocupação urbana, sem o devido planejamento, agravando a vulnerabilidade com a natural expansão do rio nas cheias sazonais.

Figura 8 - Registros das várzeas construídas na Praça Jardim Jacaré.

Fonte: Autoral (2024)

Descrição da imagem: Figura utilizada para ilustrar o manuscrito.

Desde então, o padrão das enchentes tem se repetido, como em 2021, quando o rio Corrente subiu novamente, atingindo um nível próximo a 5 metros. Face isso, a implantação de SbNs que contemplem o controle das águas e o fortalecimento da resiliência da área, seriam essenciais para mitigar os danos desses eventos

extremos e garantir o uso contínuo desse espaço público de grande relevância histórica e cultural na formação da identidade da cidade.

Conclusão

Os resultados revelam que o processo de urbanização em Santa Maria da Vitória negou o potencial ecológico e cultural das várzeas, convertendo áreas naturalmente preparadas para conter as cheias em espaços rigidamente ordenados por critérios estéticos e funcionais alheios à dinâmica fluvial. A Praça Jardim Jacaré, situada em uma planície de inundação, expressa o tensionamento entre a urbanização sem planejamento e a supressão das múltiplas funções das várzeas, hoje reduzidas a uma faixa de APP estreita, desprovida de vegetação nativa efetiva e marcada pelo uso ornamental de espécies exóticas que pouco contribuem para a regulação microclimática ou a infiltração das águas pluviais.

Em contraste, as comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto, como Salobro e Jacurutu, oferecem uma lógica distinta de apropriação e manejo territorial, fundamentada nos ciclos naturais e nas práticas coletivas. Nessas comunidades, a terra e a água são tratadas como bens comuns, e os modos de vida resistem à lógica da mercantilização da natureza, apontando alternativas para o uso sustentável dos recursos e a reprodução social ancorada no cuidado com o território.

O que está em jogo aqui é a tentativa de evidenciar como essas formas de vida podem nos oferecer lições fundamentais para pensar questões contemporâneas como o urbanismo dos comuns. Nessas comunidades, o manejo das águas respeita os ciclos naturais; as atividades agrícolas e pastoris se organizam de acordo com o tempo da terra. práticas que sustentam formas autogestionárias de organização e expressam uma lógica de reprodução da vida, pautada no cuidado com o território e na manutenção do bem-estar coletivo. Além da práxis ecológica no manejo dos corpos hídricos baseado na ideia do comum, a adoção de SbNs nas áreas de maior transbordo do rio nas várzeas construídas, criariam ambientes resilientes e protegeria um importante curso d'água para a cidade e outras comunidades tradicionais contemplando as diversidades territoriais e a dimensão cultural desses espaços.

Referências

ACCFC – Associação dos Pequenos Criadores do Fecho de Pasto de Clemente. **Comunidades Tradicionais de Fechos de Pastos e seu modo próprio de convivência e manejo da sociobiodiversidade do cerrado:** história, direitos e desafios. Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) 1ª edição: Correntina, 2017.

ANZOLIN, Gabriel; CHAFFE, Pedro Luiz Borges. Análise das mudanças de pequenas e grandes cheias no Brasil. **XXV Simposio Brasileiro de Recursos Hídricos:** Sergipe, 2023. Disponível em: <https://anais.abrhidro.org.br/job.php?Job=15578&utm>. Acesso em 10 set. 2024.

BARRETO, Eldo Moreira. Os Fechos “Fechos de Pasto”, terra de uso coletivo, território das Comunidades camponesas no Vale do Rio Arrojado. **GeoTextos:** Juazeiro, Bahia, 2012. Disponível em: https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/2012_barreto.pdf. Acesso em: 03 jul. 2024.

BAHIA (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). **Relatório final:** mapeamento das comunidades de fundo e fecho de pasto da Bahia. Salvador: SDR, 2020. Disponível em: https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/relatoriofinal_mapeamentoffp_vf.pdf. Acesso em: 30 jan. 2025.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Relatório dos serviços de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas:** SINISA 2024 – ano de referência 2023. Brasília: MINC, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/sinisa/resultados/sinisa/RELATORIO_SINISA_AGUAS_PLUVIAIS_2024_v2.pdf. Acesso em: 03 abr. 2025.

BELINI, João Pedro Coelho; GONÇALVES, Filipe Chaves; GARCIA, Joaquin Ignacio Bonnacarrère. Várzeas construídas como Soluções baseadas na Natureza (SbN) para readequação de rios e córregos urbanos. **Revista LABVERDE.** FAUUSP. São Paulo, v. 12, n. 01, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistalabverde/article/view/189334>. Acesso em: 15 set. 2024.

CARNEIRO, Silvana Monteiro de Castro. A simbologia da água e o seu papel na identidade cultural local. **Humanas Sociais & Aplicadas:** São Paulo, v. 9, n. 24. Disponível em: https://ojs3.perspectivasonline.com.br/humanas_sociais_e_aplicadas/article/view/1339. Acesso em: 18 set. 2024.

FELTRAN-BARBIERI, Rafael. Infraestrutura natural para água: Soluções baseadas na Natureza na integração rural-urbana. In: HERZOG, Cecília Polacow, FREITAS, Tiago, WIEDMAN, Guilherme (Ed.). **Soluções Baseadas na Natureza e os Desafios da Água:** acelerando a transição para cidades mais sustentáveis. Serviço de Publicações da União Europeia: Luxemburgo, Cap. 2, p. 46-57, 2022.

FREIRE, Anita Rodrigues; MEYER, Regina Maria Prosperi. Mudanças climáticas e o papel das várzeas urbanas metropolitanas de São Paulo. **Cidades Verdes**, v. 12, n. 34, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/anap/article/view/4921>. Acesso em: 14 set. 2024.

HERZOG, Cecília Polacow. Alternativas baseadas na natureza para cidades resilientes. In: MAIA, Yuri Guedes et al. **Inundação**: dimensionamento, alternativas, políticas públicas e estudos afins na prevenção e controle. Fundação CEPERJ: Rio de Janeiro. Cap. 8, p. 555-585, 2021.

MARQUES, Taícia Helena Negrin., RIZZI, Daniela, FERRAZ, Víctor, HERZOG, Cecília Polacow. Soluções baseadas na Natureza: conceituação, aplicabilidade e complexidade no contexto latino-americano, casos do Brasil e Peru. **Revista LABVERDE**, FAUUSP, São Paulo, v. 11, n. 01. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-2275.labverde.2021.189419>. Acesso em: 05 mai. 2025.

MAPBIOMAS. **Áreas urbanizadas – Factsheet Collection 9**. 25 nov. 2024. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/.../Factsheet-Areas-Urbanizadas_C9_25.11.pdf. Acesso em: 18 jan. 2025.

MONTANER, Josep Maria; MUXI, Zaída. **Política e arquitetura**: por um urbanismo do comum e ecofeminista. Tradução Júlia Urrútia. Editora Olhares, 1ª ed.: São Paulo, 2022.

NOVAIS NETO. Adnir. **Jardim Jacaré e suas histórias**. Santa Maria da Vitória, 2022. Disponível em: <https://www.novaisneto.com/2022/02/jardim-jacare-e-sua-historia.html>. Acesso em: 28 set. 2024.

NOVAIS NETO, Adnir. **Os contrastes santa-marienses**. Santa Maria da Vitória, 2019. Disponível em: <https://www.novaisneto.com/2019/02/os-contrastes-santa-marienses.html>. Acesso em: 20 de set. 2024.

OLIVEIRA, Mirna Silva. **Na trincheira dos direitos**: a luta das comunidades de fecho e fundo de Pasto de Salobro e Jacurutu pela defesa de seus modos de vida frente à grilagem de terras devolutas no oeste da Bahia. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento, agricultura e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, 2014. Disponível em: https://www.aatr.org.br/_files/ugd/4cebf9_4ab402e38ec34fd8b54f06874a2e703f.pdf. Acesso em 28 nov. 2024.

SANTOS FILHO, M. (Coord.) **O processo de urbanização no Oeste baiano**. SUDENE – DPG. PSU – URB: Recife (PE). 1989.

SANTOS, Edmilson. A representação dos campos de várzea na cidade: um espaço de memória. **Questões & Debates**, Editora UFPR: Curitiba, n. 47, p. 203-215, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2753>. Acesso em: 04 out. 2024.

SILVA, Amanda Martins Marques da., DRACH, Patrícia. Explorando as Soluções baseadas na Natureza: conceitos e princípios. **Cidades Verdes**, v. 12, n. 35, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17271/23178604123520245104>. Acesso em: 05 mai. 2025.

SOBRINHO, José de Souza. **O camponês geraizeiro no Oeste da Bahia: as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. 436 p. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06032013-093947/pt-br.php>. Acesso em 30 jun. 2024.

NOTA

Agradecimentos

Agradeço à CAPES pelo financiamento e, consequentemente, pela valorização da pesquisa de mestrado. Ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santa Maria da Vitória e a Joaquim Lisboa Neto, que gentilmente cederam imagens e informações essenciais para a elaboração deste artigo. A Novais Neto, que realizou um excelente trabalho ao documentar a historicidade de Santa Maria da Vitória, tornando-a disponível e facilmente acessível em seu blog pessoal. Em um mundo de inteligência artificial e de 'internet morta', sua atuação no resgate dos sentidos do passado, contribuindo para o fortalecimento da memória coletiva do município, é fundamental para que possamos compreender o presente.

Consentimento de uso de imagem

Todas as imagens utilizadas foram autorizadas por seu autores, Joaquim Lisboa Neto, Novais Neto e Biblioteca Pública Municipal Profa. Maria de Lima Athayde.

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-graduação em Projeto e Cidade. Publicação no Portal de Periódicos UFG.

As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

RECEBIDO EM: 16/07/2025

APROVADO EM: 14/10/2025

PUBLICADO EM: 30/10/2025